

Compra de terreno da nova Rodoviária é legal

A Secom informou em nota que quanto ao pagamento da indenização, diretamente ao proprietário expropriado, é permitido por lei.

LÍCIO FERREIRA
REPÓRTER

Com relação a polêmica envolvendo o terreno da nova rodoviária de Salvador, na região de Águas Claras, o governo do Estado, através da Secretaria de Comunicação (Secom) se posicionou a respeito do imbróglio enviando à Tribuna da Bahia uma nota oficial.

"Referente às últimas notícias relacionadas à desapropriação da área necessária à Nova Rodoviária, a Procuradoria Geral do Estado esclarece que o valor da indenização foi fixado em avaliação feita pela Caixa Econômica Federal (R\$ 60.000.000,00 arredondados), achando-se valor menor do que o da VUP R\$ 67.615.331,88 (sessenta e sete milhões, seiscentos e quinze mil, trezentos e trinta e um reais e oitenta e oito centavos)". O pagamento foi feito à Patrimonial M. de Aguiar S/C Ltda e a Condor Construtora do Salvador Ltda.

REUNIÃO

Questionado sobre o assunto, o secretário municipal de Desenvolvimento e Urbanismo (Sedur), Sérgio

Guanabara, nos disse que fará, nesta quarta-feira 4, às 09 horas, uma reunião fechada na sede da secretaria, no Empresarial Thomé de Souza, Av. Antônio Carlos Magalhães, 3224 - Itaipara, com representantes do governo do Estado. "Convidei para tratar deste assunto, o secretário da Seinfra, Marcus Cavalcante e o procurador Geral do Estado, Paulo Moreno. Vamos apresentar os documentos oficiais que a Prefeitura de Salvador dispõe, entre eles, o Termo de Acordo de Compromisso (TAC)", sintetiza.

Sérgio Guanabara diz, ainda, que a reunião desta quarta-feira é para buscar uma solução, pois trata-se de uma área urbanística, que precisa ser estimulada. "A nossa relação jurídica é com Mauricio de Aguiar, proprietário de uma das empresas. Não sei como ele vendeu as terras para o Governo do Estado. Quando ele resolveu lotear a gleba (terreno), de sua propriedade, teve que oferecer à Prefeitura 35% de 176 mil m² como Termo de Acordo de Compromisso (TAC). A parte remanescente - os 65% - 40% dela foi caucionada ao município, como forma de garantia da execução do empreendimento a ser ativado".



Foto: Divulgação google

DESAPROPRIAÇÃO

Valor da indenização foi fixado em avaliação feita pela Caixa Econômica Federal em 60 mi

EXPLICAÇÃO

A Secom informou ainda na nota que quanto ao pagamento da indenização, diretamente ao proprietário expropriado, é permitido por lei. "Depósitos judiciais do valor de oferta em desapropriação judicial somente acontecem se o Estado quiser entrar imediatamente na área independente da concordância do expropriado". E destaca ainda que a desapropriação amigável deve ser a regra. "A desapropriação judicial acontecerá apenas em casos de não identificação dos proprietários; existência de conflitos so-

bre a propriedade; impossibilidade de pagamento ao expropriado, como, por exemplo, se ele dever tributos ou discordância sobre o valor indenizatório ofertado".

O documento oficial do governo sinaliza também que o Estado da Bahia, por segurança jurídica, diante da antiguidade dos registros e do alto valor, optou pela desapropriação judicial que, no seu rito, traz a publicação de edital para identificação de terceiros da desapropriação e da aceitação do valor pelos proprietários conhecidos. "O pedido, portanto, foi para a identificação ampla e irres-

trita de todos e, não aparecendo ninguém a contestar, fosse homologado o acordo e, apenas depois, efetivado o pagamento, por depósito direto à parte, já que inexistiria conflito ou sequer a necessidade do Estado da Bahia entrar na posse do imóvel sem anuência da parte, capazes de justificar o depósito judicial".

E finaliza com o seguinte comentário: "Ocorre que, por equívoco do MM Juízo da 7ª Vara da Fazenda Pública que extinguiu a ação, impedindo todos esses terceiros que agora clamam por direitos sobre o imóvel de se ha-

bilitarem nos autos e lutarem para receber o crédito que se lhes entende devido. A PGE ressalta ainda que os proprietários apresentaram documentação relacionada à propriedade (certidões imobiliárias, mapas e plantas e históricos)".

CONSÓRCIO

"Desconheço a quem pertence o terreno onde será implantada a Nova Rodoviária de Salvador. Temos, apenas, conhecimento que, nesta terça-feira 3, o Diário Oficial do Estado publicou que ganhamos a licitação para construir e administrar o novo equipamento. Todavia, nós do Consórcio Terminal Rodoviário de Salvador (CTRS), formado pelas empresas Sinart e AJJ Participações, estamos na expectativa da assinatura do contrato sem saber qual será a data. Existem prazos legais a serem cumpridos, e nós vamos seguir os trâmites normais do edital".

Esse pensamento é do presidente do Consórcio Terminal Rodoviário de Salvador (CTRS), Henrique Portugal Pedreira, vencedor da chamada pública da Agerba. O empresário, que já administra a atual Rodoviária, de frente do Iguatemi, não se mostra, em nenhum momento, preocupado com a polêmica referente ao terreno.

CONTAMINAÇÃO

Especialista alerta para os riscos do consumo da carne de baleia

YURI ABREU
REPÓRTER

A história ainda rende entre os moradores do Subúrbio Ferroviário, mesmo sem mais nenhum sinal da baleia que encalhou em uma praia, no bairro de Coutos, em Salvador, mas que morreu e acabou virando comida para os moradores da região, que cortaram partes do animal para aproveitar, além da carne, a gordura e o óleo do mamífero marinho.

A resenha tava na ponta da língua, mas difícil mesmo era achar alguém, a essa altura do campeonato, que assumisse ter levado um pedaço do bicho para casa e consumido. "Eu até cheguei perto dela, mas fiquei com medo de comer e depois passar mal. Só no

domingo, eu vi mais de 100 pessoas tirando partes das costas. O pessoal 'picou' ela toda. Acho que tiraram quase uma tonelada de carne", arriscou Ed Lopes, morador do Alto de Coutos e que trabalha em uma empresa de marketing multinível.

Parece até história de pescador, mas até mesmo aqueles que retiram o sustento do mar, evitaram fazer parte do grupo que resolveu experimentar a iguaria, geralmente consumida em países da Europa e da Ásia.

"A mim, não interessou, mas vi muitas pessoas pegando, seja por curiosidade ou necessidade mesmo", afirmou Evandro Oliveira, que também trabalha como eletricitista de automóveis. "Vieram várias pessoas de diferentes lugares aqui do Subúrbio. Teve gente que



Foto: Reginaldo Ipê

CURIOSIDADE

Muita gente se recusou assumir que comeu a carne

veio aqui, de madrugada, e saiu com o carro cheio", emendou Valter Ferreira, pescador.

A equipe caminhou mais um pouco, sondou um morador aqui e outro ali, mas nada de achar aquele que assumiu ter

degustado a carne ou aproveitado outras partes do animal. "Eu ainda vi a bicha viva, sofrendo e se batendo. Mas, eu não tive coragem. Vai saber o que podia acontecer depois", esquivou-se o técnico de refrigeração, Roque Lázaro.

Na segunda-feira, a carcaça da baleia que tinha cerca de 15 metros e 39 toneladas foi deslocada para a praia de Tubarão, também no Subúrbio Ferroviário. De acordo com a Limpurb, O novo local foi escolhido, conforme o órgão municipal, por facilitar o acesso dos equipamentos necessários para a total remoção dos restos do animal morto.

PROBLEMAS

O problema é que essa aventura pode custar problemas a saúde. Pelo menos é o que afirma o biólogo do Instituto Baleia Jubarte, Sérgio Cipolotti. "A gente ainda não tem o conhecimento da causa da morte do animal, mas ele pode estar contaminado ou com alguma doença. Além disso, é um animal que

não é permitido, por lei, se alimentar. Quem faz isso pode estar cometendo crime ambiental. Isso sem contar os problemas a saúde, pois não se sabe a procedência da carne, que tem uma carga de toxicidade muito grande", alertou.

Ainda conforme o especialista, o período entre julho e novembro é quando as baleias - que podem chegar a pesar até 40 toneladas e medir 16 metros - usam as áreas tropicais e sub-tropicais para garantir a reprodução da espécie e migram para as águas da Antártica para se alimentar. E é por conta desse processo migratório que há risco de mais animais encaiharem ao longo do litoral. Por isso, nesses casos, a recomendação é a de evitar contato com esses animais.

Em Tempo

Alex Ferraz
alexferraz10@gmail.com

INTRIGANTE

Anteontem aconteceu mais uma operação policial contra lojas que vendem produtos piratas na maior região de comércio popular do país, a famosa 25 de Março, em São Paulo. Desde que me entendo por jornalista, é a enésima vez. Depois, tudo volta ao normal. Seria o caso de investigar POR QUE volta ao normal. Hum!

Indústria da seca (I)

Com a ineficácia, até agora, da transposição em atender a contento a imensa região árida, fazem a festa os que vivem da indústria da seca.

Por exemplo, pessoas que dominam frotas inteiras de carros pipas, que voltaram a ser utilizados em localidades de onde tinham sido "banidos" pela suposta excelência da bilionária transposição.

Indústria da seca (II)

Para termos uma ideia, o governo gasta em torno de R\$ 1,5 bilhão por ano com o serviço de carros pipas.

Ora, se alguém paga um bilhão e meio, tem gente ganhando...Um bilhão e meio. Lógica elementar.

Indústria da seca (III)

Para finalizar, outros lucros praticamente imensuráveis brotam da aridez da seca.

Por exemplo, votos conseguidos em troca de favores baratos, como meia dúzia de cisternas, e, quem sabe, promessas de novas transposições.

As baleias da baleia (I)

Assistindo ontem noticiário do meio-dia, lamentei a falta de informação do repórter.

Tanto ele como seus populares entrevistados falavam sobre a carne da célebre jubarte de Coutos estranhando a cor, que nada tinha a ver com a carne de peixe.

Claro! Baleia NÃO é peixe. É mamífero...

As baleias da baleia (II)

Em outro momento da matéria, repórter e fontes resolveram falar sobre a "pesca" de baleias.

Baleias não são pescadas, posto que peixes não são. Infelizmente são CAÇADAS. Vamos ler, galera...

Transposição do São Francisco: escândalo das obras mereceriam uma Lava Jato específica.

Começa pelo orçamento geral da obra, que saltou de R\$ 4,5 bilhões para R\$ 12 bilhões. Um espanto! Ou nem tanto, em se tratando de Brasil (vide Olimpíada e Copa do Mundo).

Não bastasse isso, as obras seguem inacabadas e alguns trechos inaugurados com festa e discursos ufanistas de Lula, Dilma e Temer, já não conduzem

mais água, como no Cariri paraibano, uma das regiões mais miseráveis do país, onde o canal "apresenta sinais de deterioração como rachaduras e outras deformidades. Até plantas estão crescendo dentro da bacia do canal", de acordo com a imprensa da Paraíba.

Diversas outras localidades que receberam as obras como uma redenção têm

sofrido problemas semelhantes, e seus habitantes estão desolados. E desiludidos.

É mesmo impressionante como a corrupção nas obras públicas, aliada ao total descompromisso com a eficácia e a qualidade, tornam inúteis as ações supostamente objetivando melhoria para a população humilde deste Brasil.

